

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.939 - RS (2019/0263802-8)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : LUIZ FELIPE KLUWE JACINTO PEREIRA**  
**ADVOGADOS : LARISSA FIALHO MACIEL LONGO - RS057388**  
**FABIO STEFANI E OUTRO(S) - RS046571**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que não admitiu o recurso especial com amparo na inexistência de violação do art. 1.022 do CPC/2015 e no óbice da Súmula 83/STJ.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO.  
LICENÇAS-PRÊMIO NÃO FRUÍDAS. DIREITO ADQUIRIDO.

1. Nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto nº 20.910/1932, uma vez que não transcorreu mais de cinco anos entre a concessão da aposentadoria do autor e o ajuizamento da presente ação, não há que se falar em ocorrência da prescrição.
2. As licenças-prêmio não fruídas constituem-se direito adquirido, sendo dever da Administração proporcionar sua indenização.
3. Se o legislador autorizou a conversão em pecúnia da licença não gozada pelo servidor que vem a falecer, quando ainda em atividade, por idêntica razão, deve-se poder pagá-la ao servidor vivo, quando ele já estiver aposentado, sem mais possibilidade de gozá-la ou computar esse tempo em dobro.

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos apenas para o fim de prequestionamento (e-STJ, fls. 401/408).

A recorrente aponta violação do art. 1.022, I e II, do CPC/2015, alegando ter demonstrado omissões do julgado nos seus aclaratórios. Destaca silêncio quanto "[...] ao transcurso do prazo prescricional de cinco anos havido entre a data de aposentação e o reconhecimento administrativo/ajuizamento da ação" (e-STJ, fl. 430).

Refere contrariedade aos arts. 1º e 8º do Decreto n. 20.910/1932. Anota que o instituidor da pensão aposentou-se em 1994, há muito mais de 5 anos do ajuizamento da ação.

Aduz que o requerimento administrativo apresentado pela parte autora não tem o condão de interromper o prazo prescricional.

Destaca que as orientações normativas n. 3 e 7 do MPOG não significaram renúncia à prescrição, bem como que "[...] não há renúncia em

# *Superior Tribunal de Justiça*

relação à revisão de aposentadoria efetiva do autor que se deu em 2015" (e-STJ, fl. 434).

Acrescenta que (e-STJ, fl. 442):

Por outro lado, a prescrição em face da Fazenda Pública só pode ser interrompida uma vez - artigo 8º do Decreto 20.910/32.

Assim, se a prescrição foi interrompida em 18/05/2007 pela Orientação normativa SRH/MPOG nº 03, a parte autora tinha até 18.11.2009 para postular a revisão de suas aposentadorias e o pagamento de eventuais diferenças.

A presente ação ordinária foi ajuizada em 2016, logo não tem o condão de interromper novamente o prazo prescricional que, inclusive, já estava consumado.

Sustenta que, somente a partir do Decreto-Lei n. 1.873/1981, foi reconhecida a possibilidade de avaliação da existência de insalubridade e periculosidade para os servidores públicos.

Vislumbra malferimento do art. 333, I do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015). Argumenta que a simples ocupação de um cargo não gera o direito ao adicional de insalubridade, sendo necessário o enquadramento da atividade entre as atividade dessa natureza, por determinação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, bem como constatação pericial. Explica que o recorrido não comprovou esses aspectos.

Indica infringência ao art. 7º da Lei n. 9.527/1997. Sustenta a impossibilidade de desfazimento do ato que procedeu à contagem em dobro, sob pena de violação dos arts. 5º, XXXVI, e 6º, § 1º, da LICC. Destaca que a hipótese é distinta da situação em que o servidor aposentou-se sem ter gozado nem convertido o tempo de licença para a aposentadoria. Alega enriquecimento ilícito da parte.

Requer, com base nos art. 741, VI, do CPC/1973 (art. 535, VI, do CPC/2015) e 368 do Código Civil, caso admitida a medida, "[...] seja compensado o proveito obtido pelo autor face a tal cômputo desde suas aposentadorias até a data em que se iniciaram os efeitos financeiros das revisões administrativas efetuadas em relação a cada vínculo" (e-STJ, fl. 456).

Expõe infringência aos arts. 884 do Código Civil e 41 da Lei n. 8.112/1990. Entende que (e-STJ, fl. 457):

A matriz remuneratória da parte autora em 1996 era composta de rubricas que não existem mais, face às sucessivas reestruturações remuneratórias ao longo do tempo.

Assim, não se pode admitir que seja adotada para conversão das licenças-prêmio em pecúnia a remuneração do autor em 1996.

Questiona, ademais, a inclusão do abono de permanência na remuneração a servir de base de cálculo para a conversão em pecúnia. Consigna que se trata de vantagem de caráter provisório.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Contrarrazões às e-STJ, fls. 466/491.

É o relatório.

Preenchidos os requisitos legais, com base no art. 253, parágrafo único, II, "d", do RISTJ, dou provimento ao agravo e determino a reautuação do feito como recurso especial para melhor análise da questão suscitada, sem prejuízo de novo exame acerca do cabimento do apelo nobre, a ser realizado no momento processual oportuno.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes

Relator

